

## Telejornalismo e inclusão da comunidade surda em Bauru<sup>1</sup>

Ana Cláudia Sanches ARRUDA<sup>2</sup>

Leire Mara BEVILAQUA<sup>3</sup>

Centro Universitário Sagrado Coração, Bauru, SP

### RESUMO

Este artigo investiga o impacto da falta de acessibilidade no telejornalismo local para a comunidade surda da cidade de Bauru, interior de São Paulo. Como metodologia, foram estabelecidas a pesquisa bibliográfica como fundamentação teórica, a pesquisa descritiva para mapear a oferta de recursos de acessibilidade nos telejornais bauruenses e a entrevista em profundidade para o debate sobre a inclusão e o cumprimento da função social do telejornalismo local. Foi possível identificar que a comunidade surda de Bauru tem dificuldade em acompanhar e compreender os conteúdos veiculados no telejornalismo bauruense por conta da falta de acessibilidade pela janela com o intérprete de Libras e a baixa qualidade da legenda gerada automaticamente (*Closed Caption*) que não inclui a especificidade da legendagem para surdos e ensurdecidos.

**PALAVRAS-CHAVE:** telejornalismo local; acessibilidade; comunidade surda.

### 1 INTRODUÇÃO

Segundo dados do IBGE (2010), existem no Brasil 9.717.318 pessoas com deficiência auditiva, sendo, aproximadamente, 2 milhões com deficiência auditiva severa. O movimento pela legalização e oficialização da Língua Brasileira de Sinais, contudo, teve início somente no final dos anos 1980, com a criação de um projeto de lei em 1993. Ele ganhou forma apenas em 24 de abril de 2002, com a Lei nº 10.436 reconhecendo a Libras como meio legal de comunicação e expressão. A lei passou recentemente por nova regulamentação a partir do Decreto nº 9.656, de 27 de dezembro de 2018.

Quanto ao direito à informação e à comunicação, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Organização das Nações Unidas (ONU) ainda em 1948, já reconhecia esse como um direito fundamental. Em concordância, a Constituição Brasileira de 1988 também definiu no Art.º 1 como fundamentos do Estado Democrático de Direito: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Telejornalismo, XXIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Graduada no curso de Jornalismo do Centro Universitário Sagrado Coração, Bauru - SP. E-mail: anasanchesarruda@gmail.com.

<sup>3</sup> Doutora em Comunicação, Mestre em Televisão Digital e graduada em Jornalismo pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho - UNESP. Docente dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda do Centro Universitário Sagrado Coração, Bauru - SP. E-mail: leire.bevilaqua@unisagrado.edu.br

---

trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político. E, no Art.º 5, inciso XIV, sobre os direitos e garantias fundamentais, o acesso de todos à informação.

Contudo, só em 2005 foi criada uma norma, a NBR 15290 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para consolidar a importância do acesso à informação ao definir as diretrizes gerais a serem seguidas para promoção da acessibilidade em comunicação na televisão. Dez anos depois, em 6 de julho de 2015, foi promulgada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), nº 13.146, que também versa no capítulo II sobre o acesso à informação e à comunicação. No Art.º 65 consta que as empresas prestadoras de serviços de telecomunicações devem garantir pleno acesso à pessoa com deficiência, conforme regulamentação específica. No Art.º 67, está a definição das obrigações referentes aos serviços de radiodifusão de sons e imagens:

Os serviços de radiodifusão de sons e imagens devem permitir o uso dos seguintes recursos, entre outros:

I - subtítuloção por meio de legenda oculta;

II - janela com intérprete da Libras;

III - audiodescrição.

(BRASIL, 2015).

No que entende-se como regulamentação específica, a Portaria nº 310, de 27 de junho de 2006, já aprovava a Norma Complementar nº 01/2006 sobre os recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão e orientava para a produção e veiculação dos recursos de acessibilidade acima descritos seguindo os critérios e requisitos técnicos especificados na NBR 15290. Até mesmo com um cronograma para total implementação dos recursos de acessibilidade na programação dos serviços de radiodifusão de som e imagens. Todavia, o referido cronograma sofreu modificações por meio da Portaria nº 188, de 24 de março de 2010, que previa uma extensão do prazo tanto para a implementação de recursos de audiodescrição quanto de legenda oculta e dublagem. Os prazos de ambas as portarias foram atingidos em 2020 e 2021, respectivamente. No caso da janela de Libras, a previsão era de que a opção para acionamento do recurso em toda a programação fosse possível com a finalização da implementação da televisão digital. Ainda assim, não são todas as emissoras de televisão aberta que estão cumprindo a legislação.

---

Dada a importância da televisão enquanto veículo de comunicação para obtenção de entretenimento e de informação de grande parcela da população, uma vez que de acordo com a pesquisa “Inside Video – A (Re)Descoberta” (2020), da Kantar IBOPE Media, mais de 204 milhões de brasileiros assistiram à televisão em 2020 e de um universo de 19.827 entrevistados, 82% afirmaram acompanhar o noticiário na televisão, assim como 43% disseram ser uma forma rápida e confiável de se informar, e considerando a cidade de Bauru, uma das principais do centro-oeste paulista, com 343.937 habitantes, dos quais 3.952 são pessoas com deficiência auditiva, o equivalente a 1,15% da população, questiona-se: Qual o impacto da falta de acessibilidade dos telejornais bauruenses para as pessoas surdas?

Para obter a resposta, foram definidas três etapas metodológicas: a primeira correspondeu à pesquisa bibliográfica e documental, para selecionar e revisar obras produzidas a respeito do tema. A segunda etapa foi composta por entrevistas em profundidade. Foram escolhidos três especialistas em razão de sua atuação nas áreas de Comunicação e Linguística: a professora Dra. Angélica Terezinha Carmo Rodrigues, especialista em Língua Portuguesa e Libras e docente na Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Câmpus de Araquara; a professora Dra. Suely Maciel, especialista em Comunicação e Acessibilidade, docente na Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Câmpus de Bauru; o pedagogo Gilcemar de Souza Werneck, tradutor intérprete de Libras. E também duas pessoas com deficiência auditiva severa, o casal: Julio César Couto Nagatomo, auxiliar de logística, e Aline Monique Jacomo Nagatomo, operadora de máquina<sup>4</sup>. Por fim, a terceira etapa consistiu em uma pesquisa descritiva dos telejornais produzidos e veiculados na cidade de Bauru. Durante o período de 18 de abril de 2022 a 02 de maio de 2022, foram consultadas as edições dos noticiários de quatro emissoras na cidade de Bauru: TV Tem, Record TV Paulista, TV Câmara e TV Prevê. Além dos telejornais exibidos em sinal aberto, também foram verificadas as publicações feitas em sites, redes sociais e plataformas de streaming, com o objetivo de constatar a oferta dos recursos de acessibilidade.

---

<sup>4</sup> Para a realização das entrevistas em profundidade, o trabalho foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Sagrado Coração, juntamente com o roteiro de perguntas e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e aprovado sob o parecer nº 4.975.919, em setembro de 2021. Os documentos citados e a íntegra das entrevistas estão disponíveis para consulta no Trabalho de Conclusão de Curso que deu origem a este artigo: ARRUDA, Ana Cláudia Sanches. **Telejornalismo e Inclusão da Comunidade Surda na cidade de Bauru**. Monografia. (Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo) – Centro Universitário Sagrado Coração. Bauru, 2022.

---

## 2 ACESSIBILIDADE E RADIODIFUSÃO

Considerando o Art. 67 da Lei 13.146 já citado, que define que os serviços de radiodifusão de sons e imagens devem garantir os recursos de acessibilidade acima listados e fazendo o recorte do público-alvo deste estudo, pessoas surdas, os recursos de acessibilidade específicos a este grupo são: a legenda oculta e a janela com intérprete de Libras. No que diz respeito às técnicas necessárias para sua aplicação, a norma NBR 15290 da ABNT define:

**Legenda oculta (*Closed Caption*)** – Legenda oculta em texto que aparece opcionalmente na tela do televisor, a partir do acionamento do dispositivo decodificador, interno ou periférico. Disponível somente em televisores que possuam decodificador. Concebida originalmente para surdos. Também pode ser exibida ao vivo ou gravada.

**Janela com intérprete de LIBRAS** – Espaço delimitado no vídeo onde as informações veiculadas na língua portuguesa são interpretadas através de LIBRAS.

É importante considerar também a definição para legenda oculta presente na Norma Complementar 01/2006, Portaria nº 310 de junho de 2006, que complementa o Decreto nº 5.296 de 2004: corresponde a transcrição, em língua portuguesa, dos diálogos, efeitos sonoros, sons do ambiente e demais informações que não poderiam ser percebidos ou compreendidos por pessoas com deficiência auditiva. Tal definição aborda a necessidade de pensar em uma legenda para surdos e ensurdecidos com o acréscimo de informações adicionais como: “identificação do falante (“Patrícia”, “Malena” e “Vera”); de efeitos sonoros (“passos na escada”, “um grito de terror”). No que diz respeito aos efeitos sonoros, é preciso transformar os sons em palavras para que o surdo possa associar a trilha sonora (...)” (ARAÚJO; VIEIRA; MONTEIRO, 2013, p. 287).

Mas, pesquisas recentes sobre acessibilidade em produções audiovisuais desenvolvidas por Alves e Araújo (2017) no Brasil, definiram um novo conceito, o de “Tradução Audiovisual Acessível (TAVa)” para englobar as diferentes práticas usadas para traduzir conteúdos caracterizados pela intersemiose entre o som e a imagem, assim como as implicações dessas informações para a tradução acessível e a acessibilidade universal aos meios de comunicação.

A interface texto-imagem, a relação entre informação verbal e não verbal, assim como as implicações destes tipos de informação para a tradução acessível e a acessibilidade universal aos meios de comunicação formam parte da busca por novas metodologias de estudo da textualidade multimodal.

---

(JIMENEZ HURTADO; RODRÍGUEZ; SEIBEL, 2010, p.19 apud ALVES; ARAUJO, 2017, p. 311).

Para as autoras, o estudo sobre “TAVa” permite pesquisar as modalidades para a melhora da acessibilidade aos meios audiovisuais de pessoas com deficiência sensorial (auditiva e visual), pensando na comunicação, acesso à informação e acessibilidade de maneira global e inclusiva. Estabelecendo assim as três modalidades de TAVa: audiodescrição; janela de interpretação de língua de sinais<sup>5</sup>; legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE)<sup>6</sup>, as quais devem ser aplicadas em conjunto em todos os produtos audiovisuais.

A opção mais utilizada nas produções audiovisuais é a legenda oculta, entretanto, ela não é suficiente pois não atinge 100% do público surdo e apresenta falhas. Por exemplo, há pessoas que nasceram ouvintes e desenvolveram a fala e a escrita, mas ao longo da vida acabaram perdendo a audição. E há pessoas que nasceram surdas e, por consequência do formato de ensino, aprenderam a língua portuguesa oral, escrita e apenas na vida adulta passaram a ter o contato com a Libras. Nesses dois exemplos, a legenda auxiliaria na compreensão da informação oferecida pelos telejornais. Mas, há situações em que a janela com o intérprete de Libras seria a única forma de obter a informação, como a situação de pessoas surdas que logo na primeira infância tiveram o contato e aprenderam principalmente a língua de sinais.

Em concordância, Terceiro (2015) elenca em estudo exploratório sobre os principais pontos de dificuldade acerca do sistema de legendagem dos conteúdos midiáticos difundidos pela televisão. Em especial os que dizem respeito à inclusão plena de surdos no telejornalismo brasileiro:

- 1) o primeiro idioma/língua dos surdos é a LIBRAS, não o português e, por isso, o contato e o entendimento do mesmo é muito mais intenso (...);
- 2) por vezes, principalmente quando a programação é ao vivo, as legendas falham, omitem conteúdo e não são fiéis ao que está sendo veiculado pela TV;
- 3) em alguns casos, as legendas passam muito rápido;
- 4) nem todos os canais se preocupam com a acessibilidade do surdo e transmitem os seus conteúdos televisivos por meio do CC;

---

<sup>5</sup> “É o espaço destinado à tradução entre uma língua de sinais e outra língua oral ou entre duas línguas de sinais, feita por Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS), na qual o conteúdo de uma produção audiovisual é traduzido num quadro reservado, preferencialmente, no canto inferior esquerdo da tela, exibido simultaneamente à programação” (ALVES; ARAÚJO, 2017, p.310).

<sup>6</sup> “É a tradução das falas de uma produção audiovisual em forma de texto escrito, podendo ocorrer entre duas línguas orais, entre uma língua oral e outra de sinais ou dentro da mesma língua. Por ser voltada, prioritariamente, ao público Surdo e Ensurdecido, a identificação de personagens e efeitos sonoros deve ser feita sempre que necessário” (ALVES; ARAÚJO, 2017, p.310).

---

5) e, por fim, nem todo surdo sabe ler, sendo assim, vale indagar, o surdo que não domina a língua portuguesa, não tem direito à comunicação e à informação? Por conta dessas questões limitadoras é que acreditamos que o princípio da redundância deve ser algo perseguido quando pensamos na acessibilidade da pessoa surda. (TERCEIRO, 2015, p. 41).

O autor também parte do princípio da redundância: “liga-se com a necessidade de se edificar diferentes elementos na transmissão televisiva, para assim, facilitar o acesso às informações veiculadas pela TV” (TERCEIRO, 2015, p. 41). Nesta situação, a legenda oculta coexistiria com a janela com intérprete de Libras, promovendo a inclusão e inserção social do surdo, já que de uma forma ou de outra teriam acesso às informações divulgadas pelos telejornais nacionais e locais.

Atualmente, a TV Cultura e a TV Brasil são exemplos de emissoras que se preocupam com diferentes práticas de acessibilidade para surdos, com a legendagem oculta e a janela de Libras em seus principais telejornais.

## **2.1 Acessibilidade nos telejornais nacionais**

É notório o avanço da televisão digital no Brasil. Por meio da tecnologia, a transmissão, sem ruídos e sem perder a qualidade da imagem e áudio, tornou-se uma realidade e possibilitou a criação de métodos e técnicas para o desenvolvimento da acessibilidade com os serviços de legenda oculta, inserção da janela de Libras e a audiodescrição. Porém, mesmo com tais obrigações expressas na legislação, a inclusão e acessibilidade para pessoas surdas ainda é uma realidade distante.

Nesse sentido, devem ser destacadas algumas emissoras pioneiras que já estão aplicando tais recursos de acessibilidade: a TV Brasil e a TV Cultura. A TV Brasil foi a primeira emissora aberta a transmitir um telejornal inteiramente em Libras, o “Repórter Visual”, que estreou em 1988 e tem como público-alvo a comunidade surda. Ele aborda temas de inclusão e acessibilidade, além das notícias sobre Brasil e mundo.

Após essa experiência, a emissora expandiu a inserção da janela de Libras para os demais telejornais. Atualmente, dos 14 telejornais indicados no site da emissora<sup>7</sup>, 12 possuem a transmissão simultânea com a janela de Libras. O “Repórter Brasil” é um exemplo desses telejornais. Ele possui abrangência nacional e transmissão ao vivo em sinal aberto e pelo canal no YouTube.

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://tvbrasil.etc.com.br/programas> Acesso em: 30 out. 2022.

---

Já a TV Cultura inaugurou, em dezembro de 2019, o Núcleo de Acessibilidade “FLICTS”. Ele é formado por três estúdios para gravação de Libras, duas cabines de locução para audiodescrição e *Closed Caption*. O projeto, além de atender as demandas da emissora, também está oferecendo serviços de acessibilidade para outras emissoras, entre elas TVs Legislativas, a Univesp, produtoras e empresas.

Quando inaugurou, o espaço era composto por 51 integrantes e segue atuando com uma nova metodologia pioneira no Brasil, na qual intérpretes ouvintes e surdos trabalham em conjunto para a produção dos recursos de acessibilidade dos programas. No caso de programas gravados, os profissionais surdos realizam a interpretação de todos os elementos dos discursos produzidos, por meio do roteiro da atração e da tradução bruta realizada por profissionais ouvintes (do português para a Libras).

O “Jornal da Cultura” e o “Roda Viva” são os dois principais programas jornalísticos em horário nobre da emissora. Em 2018, passaram a transmitir esporadicamente a janela de Libras. Em 2019, adotaram a prática em todos os programas exibidos e, no final deste mesmo ano, com a criação do Núcleo de Acessibilidade, a emissora aumentou a quantidade de programas contendo esse recurso de acessibilidade. Atualmente, dentre os dois telejornais (Jornal da Cultura e Jornal da Tarde) e os três principais programas jornalísticos (Opinião, Linhas Cruzadas e Roda Viva), apenas o Linhas Cruzadas não possui a inserção da janela de Libras.

Em ambas as emissoras citadas, a quantidade de programas com a janela de Libras não abrange toda a programação. Mas, elas podem ser consideradas exemplos de como utilizar a tecnologia da televisão digital para a promoção da inclusão, garantia de acesso à informação para todos e cumprimento da função social do telejornalismo – além do cumprimento da legislação de acessibilidade na comunicação. São, sem dúvida, pioneiras e referência para as emissoras comerciais.

## **2.2 A importância do telejornalismo local acessível**

Coutinho e Emerim (2019) lembram que as emissoras brasileiras surgiram localmente e organizaram-se ao longo das últimas 7 décadas em redes de televisão com cabeças de rede – estações geradoras – e afiliadas, que possuem um espaço diário a ser preenchido, com prevalência dos conteúdos jornalísticos. Mas, vem também de Coutinho (2008) a reflexão de que

(...), se por um lado a (re)união do país em rede nacional de TV atendia aos interesses do governo militar e também do ainda incipiente mercado publicitário, por outro esse modelo de teledifusão reduziu os sotaques e sabores regionais então presentes nas emissoras de televisão espalhadas pelo país. Organizadas em redes nacionais, as emissoras brasileiras desde então se reúnem por meio de contratos de afiliação. (COUTINHO, 2008, p.92).

Assim, segundo a autora, criava-se na população brasileira a narrativa de nação a partir das exibições diárias dos telejornais e novelas. “Na telinha, os brasileiros, além de celebrar as memórias do passado, de perpetuar sua herança (cultural), também reforçariam seu ‘*desejo de viver em conjunto*’, ainda que via laço social feito à distância”. (COUTINHO, 2008, p. 94, grifo da autora).

No entanto, o telejornalismo local, além de tornar-se um elo potencial entre a emissora com as afiliadas, representando cada estado ou município no cenário nacional, também passa a buscar a criação de vínculos identitários e pertencimento por parte da população: “pode ser conceituado como o espaço para a prática e a experiência televisiva do que é próximo, para a vivência da cidade e da região na tela de TV”. (COUTINHO; EMERIM, 2019, p. 34).

A programação telejornalística de caráter local reforça as relações de identidade cultural, social, de pertencimento e fundamenta esses vínculos e identidades sociais em três dimensões: “1) a complementaridade e a troca; 2) o sentimento de pertença à humanidade; 3) o compartilhamento de uma mesma cotidianidade a partir do fato da vivência comum” (COUTINHO, 2008, p.99).

O uso de repórteres é considerado parte essencial na construção desta identidade, pois podem ser reconhecidos pelos cidadãos de determinada localidade e assim reafirmar a legitimidade do telejornalismo como lugar de referência e de redução das incertezas. A posição de lugar de referência que o jornalismo ocupa representa “a realidade, o mundo da vida, o cotidiano de fatos, acontecimentos, de homens, de mulheres, de alegrias, de tristezas, de afetos, de tensões, de conflitos e de paz” (VIZEU; CORREIA, 2008, p.16).

Complementando essa ideia, para Coutinho (2008), a produção local é o lugar prioritário para o encontro, para a criação de uma relação de pertencimento entre o público e a emissora. A autora ainda destaca que o local é um espaço para a construção da própria identidade da região ou localidade, quando considerada a credibilidade do telejornal.

Assim, não existe o lugar de referência no jornalismo em âmbito local sem que exista a compreensão por parte de todos os cidadãos.

### **3 O TELEJORNALISMO BAURUENSE E A FALTA DE ACESSIBILIDADE**

Quando se fala em jornalismo local no interior do Estado de São Paulo, uma das emissoras referência é a TV Tem – da Rede Globo – inaugurada em 2003. Mas, o telejornalismo no cenário bauruense tem uma história ainda mais antiga. Ela remonta à inauguração em 1º de agosto de 1960 da TV Bauru – Canal 2, primeira emissora da cidade, da região e “[...] a primeira emissora interiorana da América Latina”. (ABC, 2001, p.21 apud GONÇALVES, 2020, p. 33).

Ainda segundo Gonçalves (2020), a TV Bauru enfrentou dificuldades para se manter, o que acarretou a venda para as Organizações Globo, alterando o nome e identidade editorial e visual para “Rede Globo Oeste Paulista”. Este foi o início do processo de criação das afiliadas para promover o jornalismo local. Posteriormente, a emissora passou por mudanças. Foi “TV Modelo”, marcando o início da expansão do modelo de afiliadas. A rede ainda passaria por mais uma mudança, em 2003, idealizada por J. Hawilla, quando transformou-se em “TV Tem” e ganhou mais 3 praças nas cidades de Sorocaba, São José do Rio Preto e Itapetininga.

Além da TV Tem, na categoria de emissora comercial, em Bauru existe apenas a Record TV Paulista, afiliada desde 1999 da Record TV. A cidade ainda conta com a emissora educativa TV Prevê, a emissora pública da Universidade Estadual Paulista - TV Unesp, e a emissora legislativa TV Câmara de Bauru.

Assim, foram escolhidas as emissoras com telejornais diários ou semanais em sua grade de programação para uma pesquisa descritiva com o objetivo de verificar a oferta dos recursos de acessibilidade. São elas: TV Tem, Record TV Paulista, TV Câmara e TV Prevê<sup>8</sup>. As informações foram coletadas no período de 18 de abril a 02 de maio de 2022, a partir das transmissões dos telejornais em sinal aberto e também publicações em sites, redes sociais e plataformas de streaming.

A TV Tem Bauru possui 3 telejornais exibidos diariamente com produção local. São eles, respectivamente em ordem de exibição: Bom dia cidade, com 30 minutos de duração, das 08h às 08h30; Tem Notícias primeira edição, com uma hora de duração, das 12h às 13h; e Tem Notícias segunda edição, com duração de 30 minutos, das 19h10 às

---

8 No momento da análise, o telejornal semanal da TV Unesp estava suspenso por decisão editorial da emissora. Ele retornou à grade de programação após a conclusão deste estudo.

19h40 – segundo informações do site oficial da emissora<sup>9</sup>. Assim como nos telejornais da cabeça de rede, observa-se que não há inserção da janela de Libras em nenhum telejornal da TV Tem. O único recurso de acessibilidade disponível é o gerador automático de caracteres.

A situação repete-se nos telejornais da emissora Record TV Paulista que, assim como sua cabeça de rede, não apresenta a janela de Libras em nenhum de seus programas jornalísticos. A acessibilidade também se restringe à legenda automática em: Balanço Geral SP Interior, com 2 horas e 10 minutos de duração, exibido de segunda à sexta-feira, das 11h50 às 14h; e o Balanço Geral Especial, exibido todos os sábados com início às 13h. A afiliada também possui o programa de entrevista “Visita na Record”, com 30 minutos de duração, que vai ao ar todos os domingos das 8h30 às 9h.

A falta de acessibilidade completa repete-se na TV Prevê, emissora educativa, e na TV Câmara de Bauru, emissora legislativa. A TV prevê possui o telejornal “Diário do Brasil”, exibido de segunda à sexta-feira em 4 horários: 12h, 19h05, 21h e 23h; e o programa de entrevistas “Enfoque Regional”, exibido de segunda à sexta-feira também em 4 horários: 12h30, 19h35, 21h30 e 23h30. A TV Prevê também retransmite o sinal da TV Brasil, único momento que apresenta a inserção da janela de Libras. Já a TV Câmara de Bauru possui entre seus programas jornalísticos: entrevistas integradas com a Rádio Câmara, como o “Espaço Aberto”, o “Fala Câmara Entrevista” e Boletins Informativos ao longo da programação.

Diante dessa situação, em que não há acessibilidade pela inserção da janela de Libras e o *Closed Caption* presente em todas as emissoras não inclui a especificidade da legendagem para surdos e ensurdecidos, pode afirmar-se que não há o cumprimento do direito de acesso de todos à informação e comunicação.

Essa, inclusive, foi a dificuldade relatada por uma das entrevistadas deste estudo, Aline Monique Jacomo Nagatomo, que tem deficiência auditiva severa. Quando questionada sobre a sua relação com o telejornalismo bauruense, durante a entrevista em profundidade, ela afirmou:

Eu acho muito bacana, porque imagino que são vários conteúdos diversos, e eu gosto muito de prestar atenção para entender o contexto e as vezes quando eu não entendo eu peço ajuda para minha filha nas palavras para que eu possa

<sup>9</sup> Disponível em: <https://redeglobo.globo.com/sp/tvtem/bauru/programacao/#202205319>. Acesso em: 01 de maio 2022.

---

entender e compreender melhor. (JACOMO NAGATOMO, 2022, informação verbal).

Durante a entrevista em profundidade realizada com Julio César Couto Nagatomo, que também possui deficiência auditiva severa, ele relatou sua dificuldade de compreensão e acesso à informação com os telejornais da cidade que oferecem apenas a função do *Closed Caption*, sem trabalhar com a legenda específica para surdos e ensurdecidos.

Na minha casa nós temos o costume de visualizar o jornal, mas a dificuldade é terrível, apenas observado os locais, estados e o que está acontecendo. Mas não entendemos nada da fala, simplesmente as expressões e os movimentos que estão acontecendo dentro das cenas. Por exemplo, quando um banco é assaltado ou as empresas que estão falindo, as guerras, em tudo isso, entendemos apenas as expressões porque a fala a gente realmente não entende nada. Ai quando indicam os lugares conseguimos contextualizar. (NAGATOMO, 2021, informação verbal).

O ato de apenas “visualizar o jornal”, citado por Nagatomo (2021) foi exposto pela pesquisadora Suely Maciel, durante a entrevista em profundidade para o estudo. Na ocasião, a professora explicou que, sem a acessibilidade adequada, a pessoa com deficiência é colocada em um lugar de adivinhação, sem a recepção completa desse conteúdo. A professora ainda complementou que a acessibilidade ideal, quando se pensa no conceito de desenho universal, com o qual ela trabalha, é “(...) garantir meios, instrumentos, metodologias, procedimentos, atitudes que permitam a qualquer pessoa acessar qualquer conteúdo e em qualquer formato. Independentemente dos impedimentos, das necessidades que a pessoa venha a ter”. (MACIEL, 2021, informação verbal). O ideal seria que cada componente que depende da capacidade sensorial de cada pessoa tivesse o seu correspondente, a sua alternativa.

(...) se um conteúdo é audiovisual, ele tem que dar o equivalente para o áudio e para o visual. Então, o equivalente do áudio, aquilo que sai no formato de som, tem que aparecer no mínimo de maneira escrita, que é a nossa legenda. E, de preferência, legenda para surdos e ensurdecidos, ou seja, não é só a transcrição da palavra, mas também de todos os sons que significam naquele conteúdo. Então, se tem ruído, se tem efeito sonoro, se tem música de fundo, tudo isso é informação que entrou no conteúdo. Então, isso tem que chegar na forma de palavra para que a pessoa possa visualizar. Uma outra forma que também deveria ter, pois não é todo mundo que é alfabetizado na língua portuguesa, tem gente que é alfabetizada na língua brasileira de sinais, então para essas pessoas a legenda em palavras não resolve em nada o problema delas de acessar a informação, então o conteúdo deveria ter também a sua tradução em Língua Brasileira de Sinais. Apareceria o que a gente chama de janela de

---

Libras, o conteúdo sonoro verbal deveria aparecer em Língua Brasileira de Sinais, tudo isso em respeito ao audiovisual. (MACIEL, 2021, informação verbal).

A lógica da acessibilidade no telejornalismo citada por Maciel (2021) também deve ser expandida aos demais produtos veiculados na televisão, reforçando a necessidade de acessibilidade para a inclusão de todas as pessoas em qualquer situação.

O pedagogo e intérprete Gilcemar de Souza Werneck reforça que a Língua Brasileira de Sinais é essencial e possibilita que o surdo desenvolva uma comunicação e seja incluído. Por isso a importância de garantir o ensino de Libras e o seu uso.

Como a lei garante que todo cidadão tem o direito de ir e vir, da aprendizagem, da saúde, todos aqueles aspectos que a gente já aprendeu na faculdade, então a Libras é um meio de comunicação dele com o mundo em tudo que ele vive, em tudo que ele sente que é igual, mesmo tendo a sua deficiência. A Libras chega para mostrar que a comunicação vai fazer com que ele interaja no mundo ouvinte, no próprio mundo surdo igual a gente já presenciou alguns surdos até falando sobre isso, de aceitação ou não aceitação. Então, a Libras ela é muito importante para tornar a pessoa um ser humano muito mais capaz de mostrar suas potencialidades. (WERNECK, 2021, informação verbal).

O fato de a Libras ser a primeira língua dos surdos e não a língua mãe também foi debatido por Rodrigues (2021). A pesquisadora afirma que a Libras ou a língua gestual é a forma natural dos surdos se comunicarem. Se eles não aprenderem a Língua Brasileira de Sinais ainda assim utilizarão uma língua gestual para se expressar, o que ela define como Língua de Sinais Emergentes. A professora ainda ressalta a importância da Libras para a comunicação do surdo pois “a língua de sinais é a única que o surdo aprende naturalmente. A importância é garantir a comunicação, a sociabilização, acesso à informação, educação da comunidade surda” (RODRIGUES, 2021, informação verbal).

Nagatomo (2021) também faz uma análise quanto ao uso da Libras e do *Closed Caption* durante as exibições de telejornais e demais produtos televisivos. Em sua análise ele traz um contraponto a partir da convivência na comunidade surda.

(...) tem surdo que adora ver o intérprete e tem surdo que reclama do intérprete, que dificulta o entendimento. Tem surdo que prefere apenas visualizar a imagem e as expressões. Por mais que seja muito importante essa parte para a comunicação dos surdos, isso é escolha. Eu quero dizer é que tem surdo que, infelizmente, rejeita algumas situações, mas é muito importante a comunicação da Libras e do Português para o entendimento do fato como um todo. Como hoje cada um escolhe o que quer, dentro da deficiência às vezes há preconceitos. (...) Tem pessoas com a mente muito pequena, tem que entender

---

a importância da nossa comunicação. (NAGATOMO, 2021, informação verbal).

No que diz respeito ao telejornalismo local, em consequência da falta de acessibilidade, Nagatomo (2021) explica que precisou se adaptar e utiliza o telefone para pesquisar o contexto das palavras e a internet para se manter informado, já que é mais prático e possibilita a maior compreensão da informação.

No passado, eu gostava de ver bastante jornal, mas a gente sabe que a tecnologia está mudando e eu acho que agora é melhor com a internet e o celular. Então, tudo é mais fácil e hoje eu tenho que fazer uma adaptação do Português para a Libras para que eu consiga aprender as palavras e o contexto corretamente e ver o significado dessas palavras através do jornal. Por isso, eu gosto muito de usar o celular. Lá no passado a gente tinha muita dificuldade, o celular não possuía essa tecnologia, era mais por revista ou livros. A gente olhava e fazia aquela pesquisa. (NAGATOMO, 2021, informação verbal).

Para Jacomo Nagatomo (2022, informação verbal), essa é uma realidade também presente em seu dia a dia. Ela afirma não gostar, mas é necessário recorrer às redes sociais em busca de informação com maior facilidade de acesso. Tal situação foi explicada por Rodrigues (2021), que tem contato frequente com a comunidade surda. Segundo a pesquisadora, durante a pandemia os principais meios para a maioria dos surdos obterem informações foram a internet e as redes sociais.

Os surdos acabam criando canais paralelos de comunicação e eles vão se informando assim. Eles têm grupos e vão passando essa informação. Mas é porque eles ficam de fora. Eles fazem comunidade no Instagram, fazem muita live. Então assim muitos eventos só para a comunidade surda. Existem dentro da comunidade surda algumas lideranças que acabam servindo como orientação para os surdos e eles acabam discutindo, vão buscar mais informações. (RODRIGUES, 2021, informação verbal).

Assim, tendo como base a função social do telejornalismo local, Maciel (2021) pontua que, em Bauru, o telejornalismo está “de costas para o local” ao adotar um “microcosmo do macrocosmo”, pois sempre trabalha pautas da mesma perspectiva. Já em relação às pautas referentes à pessoa com deficiência, ainda adota o viés capacitista.

(...) ele é local, mas ao mesmo tempo ele não é local, ele tá de costas para o local, porque mesmo o local abordado é sempre mais do mesmo. É como se fosse um microcosmo do macrocosmo do jornalismo em geral. (...) Então, o jornalismo local, sim, ele aborda localmente mas muito pouco e mesmo quando aborda localmente é de espaços hegemônicos, quase nunca se vê nada da periferia. Quando é da periferia, só para falar de violência basicamente. Para

---

falar de violência ou então a abordagem coitadista ou assistencialista. Esse não é um problema do jornalismo de Bauru, é de todo canto. (MACIEL, 2021, informação verbal).

Assim, é urgente que a sociedade e os órgãos representativos exijam o cumprimento da legislação por parte das emissoras de televisão.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o percurso percorrido durante este estudo é possível afirmar que a falta de acessibilidade para pessoas surdas em telejornais bauruenses impacta no exercício da cidadania e na garantia do direito e acesso à informação.

O jornalismo deve promover a inclusão dos diferentes públicos, visando de fato exercer seu lugar de referência e instrumento social de mudança da sociedade. O fazer jornalístico no ambiente local, por sua vez, permite a criação e reforça as relações de identidade cultural, social, de pertencimento e vínculos. Também é referência para a população local, agente principal de mudança entre poder público e população em busca de seus direitos e necessidades e, por conta de sua credibilidade, contribui na construção da própria identidade daquela localidade.

Dentre as respostas encontradas para o não cumprimento da função social do telejornalismo local e da legislação em prol da inclusão, apresentam-se dificuldades econômicas e redução de equipes das emissoras. Por isso, é urgente cobrar meios de se investir na promoção da acessibilidade, no mínimo, para a comunidade surda. Mas lembrando que, a qualquer momento, a deficiência pode tornar-se parte da vida de qualquer um.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Soraya Ferreira; ARAÚJO, Vera Lúcia Santiago. **Tradução audiovisual acessível (TAVA): audiodescrição, janela de Libras e legendagem para surdos e ensurdecidos**. 2017.

ARAÚJO, Vera Lúcia Santiago; VIEIRA, Patrícia Araújo; MONTEIRO, Silvia Malena Modesto. **Legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE): Um estudo de recepção com surdos da região Sudeste**. In Tradterm. v 22. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/69132>. Acesso em: 01 mai 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 16 abr 2023.

BRASIL. Decreto nº 9.656, de 27 de dezembro de 2018. Altera o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/30763677/publicacao/30763688>. Acesso em: 06 de agosto 2023.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 17 abr 2023.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispões sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm). Acesso em: 17 abr 2023.

BRASIL. Portaria nº 310, de 27 de junho de 2006. Regulamenta e aprova a Norma Complementar 01/2006, que dispõe sobre a acessibilidade nos serviços de radiodifusão de som e imagens. Disponível em: <https://informacoes.anatel.gov.br/legislacao/normas-do-mc/442-portaria-310>. Acesso em: 19 ago 2023.

BRASIL. Portaria nº 188, de 24 de março de 2010. Altera a redação da Norma Complementar 01/2006 regulamentada pela Portaria nº 310 de 27 de junho de 2006. Disponível em: <https://informacoes.anatel.gov.br/legislacao/normas-do-mc/443-portaria-188>. Acesso em: 19 abr 2023.

COUTINHO, Iluska; EMERIM, Cárlica. **Lugares, espaços, telas e reconhecimento**. In *Teledjornalismo Local: Teorias, conceitos e reflexões*. Florianópolis: Editora Insular, 2019.

COUTINHO, Iluska. **Telejornalismo e identidade em emissoras locais: a construção de contratos de pertencimento**. In *A sociedade do telejornalismo*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008.

GONÇALVES, Kaiane Yamauchi. **Televisão regional: o discurso de pertencimento da afiliada da Rede globo “TV Tem” no projeto “Tem Running Bauru 2019”**. Bauru, 2020.

IBGE. **Censo Demográfico**. Brasil, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-1,-2,-3,128&ind=4643>. Acesso em 16 abr. 2023.

KANTAR IBOPE MEDIA. **Pesquisa Inside Vídeo – A (Re) Descoberta**. Brasil, 2020. Disponível em: [https://www.kantaribopemedia.com/wp-content/uploads/2021/03/Inside-Video\\_A-Redescoberta.pdf](https://www.kantaribopemedia.com/wp-content/uploads/2021/03/Inside-Video_A-Redescoberta.pdf). Acesso em 06 ago. 2023

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948, resolução 217 A III**. Dispões sobre os Direitos Humanos Fundamentais. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 17 abr 2023.

TERCEIRO, Francisco Martins Lopes. **Políticas de inclusão bilíngue na televisão: a importância do intérprete em detrimento do uso de legendas para a acessibilidade televisiva**. *Revista Florestan*, 2015. 41 p.

VIZEU, Alfredo Eurico; CORREIA, João Carlos. **A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência**. In *A sociedade do telejornalismo*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008.